



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PIAUÍ**

**CONTRATO PR/PI Nº 00/2000
PR-PI-00000000/2000**

Contrato que entre si celebram a União, por meio da Procuradoria da República no Piauí (PR/PI), e a **NOME DA EMPRESA CONTRATADA** (de CNPJ nº **00.000.000/0000-00**), para a prestação de serviços continuados, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, de apoio administrativo, copeiragem e limpeza e conservação, nas dependências da Procuradoria da República no Piauí e nas Procuradorias da República nos municípios de Corrente, Floriano, Parnaíba, Picos e São Raimundo Nonato.

A **UNIÃO**, por intermédio da **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PIAUÍ**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.989.715/0022-37, localizada à Avenida João XXIII, nº 1390, bairro dos Noivos, Teresina (PI), CEP 64045-000, neste ato representada por seu Secretário Estadual, Sr. LEONARDO BRAGA SILVEIRA, nomeado pela [Portaria nº 320, de 31 de outubro de 2017](#), publicada no DOU de 1 de novembro de 2017, Seção 2, p. 92, portador da Matrícula Funcional nº 21.706-9, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa a **NOME DA EMPRESA CONTRATADA**, inscrita no CNPJ sob nº **00.000.000/0000-00**, com sede à **endereço da empresa contratada**, mediante seu representante legal, o(a) Sr.(a) **NOME DO REPRESENTANTE LEGAL**, **função na empresa**, conforme atos constitutivos da empresa, daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Procedimento de Gestão Administrativa (PGEA) nº 1.27.000.000000/2000-00 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais normas pertinentes, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico PR/PI nº 00/2000, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1ª. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de apoio administrativo, copeiragem e limpeza e conservação, a serem executados, de forma contínua, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, e fornecimento de todos os equipamentos e uniformes necessários para a adequada execução dos serviços, nas dependências das unidades do Ministério Público Federal no Piauí (MPF/PI), consoante as especificações existentes no Edital do Pregão Eletrônico PR/PI nº 00/2000, do qual este Contrato faz parte.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a. o Estudo Técnico Preliminar da contratação;
- b. o Termo de Referência;
- c. o Mapa de Gerenciamento de Riscos da contratação;
- d. o Edital da Licitação;
- e. a proposta do contratado;
- f. eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. O regime de execução é o de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA 2ª. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O contrato terá início da vigência em **00 de mês de 2000**, tendo prazo de vigência de 5(cinco) anos, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do art. 106 e 107 da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração

mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA 3ª. MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência anexo ao Edital do Pregão Eletrônico PR/PI nº 00/2000, do qual este Contrato faz parte.

CLÁUSULA 4ª. SUBCONTRATAÇÃO

3.2. É admitida a subcontratação parcial do objeto conforme termos constantes no Termo de Referência anexo ao Edital do Pregão Eletrônico PR/PI nº 00/2000, do qual este Contrato faz parte.

CLÁUSULA 5ª. DO PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 000.000,00 (valor por extenso), perfazendo o valor anual de R\$ 0.000.000,00 (valor por extenso), conforme os quantitativos abaixo:

| LOCALIDADE | CATEGORIA POSTOS | POSTOS QTD. | VALOR INDIVIDUAL POR POSTO (R\$) | VALOR MENSAL DOS POSTOS (R\$) |
|---------------------------------|---------------------------|-------------|----------------------------------|-------------------------------|
| TERESINA | Auxiliar Administrativo | 10 | | |
| | Secretário Nível Superior | 3 | | |
| | Supervisor | 1 | | |
| | Copeira | 1 | | |
| | Garçom | 2 | | |
| | Servente de Limpeza | 10 | | |
| CORRENTE | Auxiliar Administrativo | 1 | | |
| | Servente de Limpeza | 1 | | |
| FLORIANO | Auxiliar Administrativo | 2 | | |
| | Servente de Limpeza | 1 | | |
| PARNAÍBA | Auxiliar Administrativo | 2 | | |
| | Servente de Limpeza | 1 | | |
| PICOS | Auxiliar Administrativo | 2 | | |
| | Servente de Limpeza | 1 | | |
| S.R.NONATO | Auxiliar Administrativo | 2 | | |
| | Servente de Limpeza | 1 | | |
| VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS | | | | |
| VALOR GLOBAL ANUAL DOS SERVIÇOS | | | | |

3.2. Já os valores da ativação inicial, sem os postos de Picos, é de R\$ 000.000,00 (valor por extenso) mensal, perfazendo o valor anual de R\$ 0.000.000,00 (valor por extenso), conforme os quantitativos abaixo:

| LOCALIDADE | CATEGORIA POSTOS | POSTOS QTD. | VALOR INDIVIDUAL POR POSTO (R\$) | VALOR MENSAL DOS POSTOS (R\$) |
|---------------------------------|---------------------------|-------------|----------------------------------|-------------------------------|
| TERESINA | Auxiliar Administrativo | 10 | | |
| | Secretário Nível Superior | 3 | | |
| | Supervisor | 1 | | |
| | Copeira | 1 | | |
| | Garçom | 2 | | |
| | Servente de Limpeza | 10 | | |
| CORRENTE | Atendente | 1 | | |
| | Servente de Limpeza | 1 | | |
| FLORIANO | Atendente | 2 | | |
| | Servente de Limpeza | 1 | | |
| PARNAÍBA | Atendente | 2 | | |
| | Servente de Limpeza | 1 | | |
| PICOS | Atendente | 0 | | |
| | Servente de Limpeza | 0 | | |
| S.R.NONATO | Atendente | 2 | | |
| | Servente de Limpeza | 1 | | |
| VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS | | | | |
| VALOR GLOBAL ANUAL DOS SERVIÇOS | | | | |

3.3. A ativação futura dos Postos de Picos será feita conforme previsto no Termo de Referência anexo ao Edital do Pregão Eletrônico PR/PI nº 00/2000, do qual este Contrato faz parte.

3.4. Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA 6ª. PAGAMENTO E CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, encontram-se definidos no Termo de Referência anexo ao Edital do Pregão Eletrônico PR/PI nº 00/2000, do qual este Contrato faz parte.

CLÁUSULA 7ª. REPACTUAÇÃO E REAJUSTE

7.1. As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência anexo ao Edital do Pregão Eletrônico PR/PI nº 00/2000, do qual este Contrato faz parte.

CLÁUSULA 8ª. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência anexo ao Edital do Pregão Eletrônico PR/PI nº 00/2000, do qual este Contrato faz parte.

CLÁUSULA 9ª. DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

9.1. A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência anexo ao Edital do Pregão Eletrônico PR/PI nº 00/2000, do qual este Contrato faz parte.

CLÁUSULA 10ª. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

10.1. As obrigações das partes pertinentes à proteção de dados pessoais estão definidas no Termo de Referência anexo ao Edital do Pregão Eletrônico PR/PI nº 00/2000, do qual este Contrato faz parte.

CLÁUSULA 11. GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes no Termo de Referência anexo ao Edital do Pregão Eletrônico PR/PI nº 00/2000, do qual este Contrato faz parte.

CLÁUSULA 12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência anexo ao Edital do Pregão Eletrônico PR/PI nº 00/2000, do qual este Contrato faz parte.

CLÁUSULA 13. EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Das indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.8. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.

13.9. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

13.10. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

13.11. Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:

13.12.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

13.11.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

12.12. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

13.13. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.13.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.13.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos

causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.14. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

13.15. O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

CLÁUSULA 14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

14.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- Gestão/Unidade: 200097
- UG Emitente: 200080
- Fonte de Recursos: 010000000
- Programa de Trabalho: 172236
- Elemento de Despesa: 3.3.90
- Plano Interno: MBASIC

14.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA 14. DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133/2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente,

segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078/1990](#) – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA 15. ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da [Lei nº 14.133/2021](#).

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133/2021](#)).

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da [Lei nº 14.133/2021](#).

CLÁUSULA 16. VALIDAÇÃO

15.1. O presente Contrato somente terá validade depois de aprovado pelo Exmo. Senhor Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Piauí, no uso da competência contida no inciso XVII do art. 33 do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela [Portaria SG/MPF nº 382/2015](#).

CLÁUSULA 17. PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da [Lei nº 14.133/2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da [Lei nº 14.133/2021](#), e ao art. 8º, §2º, da [Lei nº 12.527/2011](#), c/c art. 7º, § 3º, inciso V, do [Decreto nº](#)

CLÁUSULA 18. FORO

17.1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal no Piauí para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021](#).

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, este Contrato foi assinado eletronicamente pelas partes e testemunhas abaixo.

Teresina (PI), *data da assinatura eletrônica*.

Assinado eletronicamente
LEONARDO BRAGA SILVEIRA
Secretário Estadual
CONTRATANTE

Assinado eletronicamente
NOME DO SIGNATÁRIO
Função na empresa
CONTRATADA

TESTEMUNHAS

Assinado eletronicamente
NOME

Assinado eletronicamente
NOME



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PIAUÍ**

VALIDAÇÃO

Considerando os elementos informativos constantes no Procedimento de Gestão Administrativa (PGEA) nº 1.27.000.001082/2025-77, com fulcro no inciso XVII do art. 33 do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela [Portaria SG/MPF nº 382/2015](#), APROVO o presente termo contratual.

Teresina (PI), *data da assinatura eletrônica.*

Assinado eletronicamente

NOME PROCURADOR CHEFE EM EXERCÍCIO

Procurador-Chefe

Procuradoria da República no Piauí